

EDITAL DO CONVITE Nº 003/2015

EXPEDIENTE Nº 999/2015

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ - IPMJ**, por solicitação da Diretoria Administrativa e de Benefícios e através da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, designada pela Portaria nº 074 de 26/06/2015, publicada em 26/06/2015, **FAZ SABER**, que realizará licitação na modalidade **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, objetivando resumidamente o seguinte: contratação de empresa para prestação de serviços especializados de digitalização, microfilmagem, tratamento documental, indexação em sistema e autenticação em cartório, conforme especificado no Memorial Descritivo (ANEXO I).

A entrega dos envelopes dar-se-á na Recepção do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ - IPMJ**, até as **08h30min** do dia **03 de Dezembro de 2015**, sendo que o envelope referente à Documentação será aberto às **09h00min** do mesmo dia, em ato público, na Sala de Reuniões do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ – IPMJ, à Rua Antonio Afonso, nº 513 – Centro – Jacareí, Estado de São Paulo.

A cópia integral do edital estará à disposição dos interessados **a partir do dia 24 de Novembro de 2015** na sede do Instituto de Previdência do Município de Jacareí, sito à Rua Antonio Afonso, nº 513 – Centro – Jacareí, Estado de São Paulo, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 13h00min, afixado na sala de espera localizada no andar térreo.

DA AQUISIÇÃO DO EDITAL

O licitante que desejar obter maiores informações sobre esta licitação deverá fazê-lo por escrito, até 24 horas anteriores à data de abertura do Envelope nº 01, junto à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, no endereço supra, no horário das 08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, ou por intermédio do FAX (12) 3954-3060. A cópia do edital na íntegra estará disponível no site www.ipmj.com.br ou poderá ser retirada na sede do IPMJ, mediante apresentação do comprovante de recolhimento no valor de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

RELAÇÃO DE ANEXOS:

Integram de maneira indissociável este edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

- Anexo I Memorial Descritivo
- Anexo II Declaração
- Anexo III Preço Estimado
- Anexo IV Proposta Comercial
- Anexo V Modelo de Procuração
- Anexo VI Minuta do Contrato
- Anexo VII Termo de Ciência e Notificação

1. OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de digitalização, microfilmagem, tratamento documental, indexação em sistema e autenticação em cartório dos documentos selecionados pelo Instituto de Previdência do Município de Jacareí, situado na Rua Antônio Afonso, nº 513, Centro, Jacareí/SP, conforme Memorial Descritivo (ANEXO I).

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação todas as empresas interessadas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, convidadas ou não, que atenderem às condições deste edital. **Não poderão**, contudo, participar as que se enquadrem, dentre outras estabelecidas por lei, em uma ou mais das situações seguintes:

2.1.1. se apresentarem sob a forma de consórcio;

2.1.2. estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação ou de impedimento de contratar com a Administração, imposta pelo Município de Jacareí, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei 8666/93;

2.1.3. tenham sido declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública e quaisquer de seus órgãos descentralizados, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei 8666/93;

2.1.4. encontrem-se falidas ou concordatárias, por declaração judicial, ou estejam em processo de liquidação ou dissolução;

2.1.5. entre cujos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos ou empregados haja alguém que seja diretor ou servidor dentro do quadro funcional de servidores públicos do Município de Jacareí.

2.1.6. se apresentarem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão-de-obra ou cujas atividades não possam ser enquadradas fielmente no disposto nos artigos 3º e 4º da Lei nº 5.764/71.

2.2. As condições acima se aplicam também à eventual empresa subcontratada.

2.3. As participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste edital, das condições gerais e particulares da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. Os interessados em participar da presente licitação deverão entregar, até o dia, hora e local designados no preâmbulo, 02 (dois) envelopes fechados e lacrados, os quais, além da Razão Social da firma licitante e dos dizeres "INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ" deverão conter respectivamente o seguinte:

a) CONVITE Nº 003/2015 - Envelope Nº 01 - Documentos de Habilitação

AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ A/C COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES CONVITE Nº 003/2015 ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO. RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

b) CONVITE N°003/2015 - Envelope N° 02 - Proposta Comercial

AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ
A/C COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES
CONVITE N° 003/2015
ENVELOPE N° 2 – PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

3.2. Os envelopes supra deverão conter, respectivamente, a documentação para habilitação e a proposta comercial das proponentes.

3.2.1. A documentação para habilitação deverá ser apresentada em conformidade com o estabelecido no item 4 do presente Edital.

3.2.2 A documentação relativa à proposta comercial deverá ser apresentada em conformidade com item 5 do presente Edital.

3.3. EM SEPARADO DOS ENVELOPES, de modo a viabilizar a capacidade de intervenção da empresa proponente, deverá ser apresentada procuração para o representante da licitante, observado o seguinte:

3.3.1. a procuração, se feita por instrumento particular, deverá ser apresentada em via original e estar com firma reconhecida, bem como acompanhada de documentação que comprove que o outorgante tem competência para delegar poderes;

3.3.2. em se tratando de instrumento público, bastará a apresentação do traslado ou cópia autenticada;

3.3.3. no caso de sócio-proprietário da empresa, deverá ser apresentada cópia do contrato social com todas suas alterações ou da última, desde que consolidada;

3.3.4. será indeferido o credenciamento do representante sempre que não forem apresentados os documentos necessários à sua correta identificação ou quando for verificado que não possui poderes suficientes para praticar atos no decorrer da sessão;

3.3.5. em qualquer dos casos o representante deverá identificar-se perante a Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, sendo que a inobservância dos termos deste item não impedirá a participação da licitante na presente licitação, mas inviabilizará a sua capacidade de manifestação.

3.3.6. toda documentação mencionada, quando apresentada em cópia, deverá estar autenticada.

3.4. A entrega dos envelopes implica na total sujeição da licitante aos termos deste edital e de seus anexos.

3.5. Não serão considerados os envelopes apresentados após o prazo indicado no preâmbulo, bem como aqueles entregues a tempo, mas em local diferente do determinado, e que não tenham chegado à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações até o final do prazo de recebimento estabelecido.

4. HABILITAÇÃO

4.1. Para habilitação na presente licitação será exigida comprovação da habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme discriminado, apresentados em envelope fechado e

devidamente lacrado, indevassável, trazendo em seu exterior os dizeres de identificação da licitante e aqueles pré-estabelecidos nesta licitação, constantes do presente Edital.

4.2. Todos os documentos farão parte integrante do processo de licitação e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia legível autenticada ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, desde que não contrarie eventuais determinações constantes no corpo do próprio documento. Em todas as hipóteses referidas, não serão aceitos protocolos ou documentos com data de validade vencida. No caso de documentos produzidos em outro país, deverão ser autenticados pelo respectivo consulado e traduzidos para o português por tradutor juramentado.

4.3. A Comissão Permanente de Julgamento de Licitações não autenticará as cópias dos documentos apresentados.

4.4. Para o procedimento licitatório será considerada como válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica para o respectivo documento.

4.5. Todas as certidões solicitadas se referem à jurisdição da sede da pessoa jurídica da licitante.

4.6. Todos os documentos apresentados em sede de habilitação não deverão conter rasuras ou emendas; não serão aceitos documentos incompletos, contendo vícios ou defeitos que impossibilitem ou dificultem o seu entendimento.

4.7. A licitante que vier a efetivar o contrato com o Instituto de Previdência do Município de Jacareí será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que trata este edital.

4.8. O Envelope Habilitação deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

4.8.1. Cópia do ato constitutivo e suas alterações devidamente registradas, estatuto ou contrato social, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedade por ações;

4.8.2. Comprovante de inscrição no CNPJ;

4.8.3. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036/90) através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

4.8.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.8.5. Prova de regularidade perante a FAZENDA FEDERAL, através de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda da União.

4.8.6. Prova de regularidade perante a FAZENDA ESTADUAL, através de Certidão Negativa de Débitos.

4.8.7. Prova de regularidade perante o MUNICÍPIO da licitante, através da Certidão Negativa de Débitos;

4.8.8. Declaração da licitante, se o caso, de que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo.

4.8.9. Declaração da empresa nos exatos termos do ANEXO II, podendo ser apresentada em formulário próprio do Instituto de Previdência do Município de Jacareí, ou compatível, desde que possua o mesmo formato, **todos** os itens, e na mesma ordem constante do citado anexo.

4.8.10. Os responsáveis pelas declarações referidas no presente edital ficam cientes de que a verificação da inveracidade das informações, além de conduzir à desabilitação da licitante também ensejará a apuração de responsabilidades nos âmbitos civil e criminal.

5. PROPOSTA COMERCIAL

5.1. Os documentos que compõem a proposta deverão estar encerrados em envelope da empresa (Envelope nº 02 - Proposta Comercial), fechado e devidamente lacrado, indevassável, trazendo em seu exterior os dizeres de identificação da licitante e aqueles preestabelecidos neste edital.

5.2. A proposta comercial de cada proponente deverá ser apresentada em 1 (uma) via, sendo que a mesma deverá estar devidamente datada, rubricada e assinada pelo responsável legal da empresa licitante.

5.3. A proposta deverá ser apresentada, sem rasuras ou emendas, conforme o ANEXO IV deste edital, ou impresso compatível, desde que possua o mesmo formato. Não serão aceitas propostas manuscritas, incompletas ou cujo objeto ou condições, total ou parcialmente, não correspondam exatamente ao licitado.

5.4. Os valores apresentados na Proposta Comercial devem se referir ao dia de sua apresentação perante a Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, o qual será considerado como data de referência.

5.5. Todos os preços deverão estar grafados em Reais (R\$).

5.6. Todos os tributos e encargos decorrentes do fornecimento deverão estar inclusos nos preços propostos, de tal sorte que o valor proposto será o pago em decorrência do cumprimento integral do objeto licitado.

5.7. A proposta apresentada deverá conter: data, assinatura e identificação do responsável por sua elaboração.

5.8. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega dos documentos e proposta, que, para todos os efeitos, será considerada a data designada para a abertura do envelope n 01.

5.9. O preço apresentado deverá ser fixo e irrevogável, já contemplado eventuais descontos concedidos, bem como todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer forma relacionados com a perfeita e integral execução do objeto licitado, tais como, a título de exemplo: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, seguros, etc.

6. ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Abertas, analisadas e cotejadas a documentação e a proposta comercial, considerar-se-á vencedora a empresa que, satisfazendo todas as condições e exigências deste Edital, apresentar-se mais vantajosa para o IPMJ, desde que atendido como fator objetivo de julgamento a proposta de menor preço global.

6.1.2. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, e na presença dos interessados, será declarado pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações o

início da sessão de abertura dos envelopes, quando, então, serão credenciadas as licitantes ou os seus representantes que se fizerem presentes, nos termos já delineados neste edital.

6.1.3. As licitantes far-se-ão representar nas sessões por apenas 1 (um) procurador ou pessoa expressamente credenciada, não sendo permitido a uma mesma pessoa representar mais de uma licitante.

6.1.4. A ausência de procurador ou pessoa credenciada, bem como a falta de apresentação de procuração, não implicará na inabilitação da licitante ou desclassificação de sua proposta, entretanto impossibilitará sua capacidade de intervenção no decorrer da sessão.

6.1.5 As intervenções no procedimento licitatório somente poderão ser efetuadas pelos prepostos que apresentarem a respectiva qualificação, munidos de credenciamento ou por meio de procuração que mencione expressamente os poderes, inclusive para receber intimações, desistir de recursos e manifestar-se sobre questões administrativas e técnicas. No caso de representante legal da empresa, deverá ser apresentada cópia do contrato social.

6.2. Em primeiro lugar serão abertos os envelopes de nº 01 - Documentos de Habilitação, cujo conteúdo será examinado e rubricado pelas licitantes, seus representantes, desde que presentes e credenciados, bem como pelos membros da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, sendo que:

6.2.1. caberá à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações decidir se procederá a análise da documentação na mesma sessão ou em outra específica;

6.2.2. a análise supra referida diz respeito à verificação de conformidade da documentação apresentada em relação às exigências de habilitação contidas no item 4 deste Edital;

6.2.3. não serão aceitos documentos incompletos, contendo vícios ou defeitos que impossibilitem ou dificultem o seu entendimento;

6.2.4. após a análise da documentação a Comissão divulgará os nomes das empresas licitantes habilitadas à fase seguinte da licitação;

6.2.5. da habilitação ou inabilitação caberá recurso na forma da Lei Licitatória, de acordo com o item 7 deste edital;

6.2.6. havendo desistência expressa de todas as licitantes do direito de interpor recursos quanto ao resultado da análise supra, o que constará em ata, a Comissão Permanente de Julgamento de Licitações procederá, na mesma sessão ou em outra que vier a ser fixada, à abertura dos envelopes seguintes, exclusivamente das licitantes habilitadas;

6.2.7. não havendo concordância quanto à desistência de recursos, ou ausente alguma das licitantes, o resultado da análise será divulgado por meio de publicação no Boletim Oficial do Município, e, a partir da data dessa publicação, se iniciará o prazo recursal;

6.2.8. no caso de abertura de prazo recursal os demais envelopes ainda não abertos serão rubricados pelas licitantes, seus representantes, bem como pela própria Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, que os guardará até fruir o prazo e o início da próxima sessão;

6.2.9. decididos os recursos ou transcorrido o prazo para a sua interposição, será designada nova data para a sessão da abertura dos envelopes seguintes, ocasião em que serão devolvidos às participantes inabilitadas que estiverem presentes seus respectivos envelopes, devidamente fechados/lacrados;

6.2.10. decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da publicação da homologação do certame, os envelopes das empresas inabilitadas que não forem retirados serão permanentemente inutilizados.

6.3. A abertura do envelope de nº 02 - Proposta Comercial dar-se-á em sessão pública e seu conteúdo será examinado e rubricado pelas licitantes, seus representantes, bem como pelos membros da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, sendo que:

6.3.1. o critério de julgamento das propostas levará em consideração a condição **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6.3.2. caberá à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações decidir se procederá a análise da documentação na mesma sessão ou em outra específica;

6.3.3. uma vez analisadas e classificadas essas propostas, a Comissão divulgará o resultado, bem como eventual desclassificação por não preenchimento dos requisitos mínimos estabelecidos neste edital;

6.3.4. do resultado da classificação caberá recurso na forma da Lei Licitatória.

6.4. Uma vez que tenha decorrido o prazo para julgamento de eventuais recursos, ou, ainda, caso todas as licitantes desistam de sua interposição, dar-se-á o encaminhamento dos autos desta licitação à autoridade competente visando a homologação do procedimento e adjudicação de seu objeto.

6.5. Fica facultado à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, a qualquer momento, para a adequada análise e julgamento das propostas, consultar técnicos ou especialistas na área pertinente ao objeto desta licitação, sendo vedada a inclusão de novos documentos ou informações que deveriam constar originariamente na proposta.

6.6. Das sessões realizadas serão lavradas atas circunstanciadas, onde constarão as eventuais manifestações dos participantes e serão assinadas pelos membros da comissão e pelos representantes das empresas.

6.7. A ausência dos representantes das interessadas, em qualquer das sessões marcadas, não constituirá impedimento para a sua realização e as decisões tomadas serão tidas como aceitas expressamente, constando o fato da respectiva ata.

6.8 No caso de Propostas com valores iguais, e depois de observadas todas as exigências estabelecidas para o tratamento diferenciado das MPE, para efeito de classificação, será realizado o desempate por meio de sorteio em data designada pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações.

6.9 - Segundo o Art. 44 da LC 123/06: Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte:

- entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada (parágrafo 1º).

6.10 - Segundo o Art. 45 da LC 123/06: Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

- a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

- não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/06, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

- no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

7.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação caberá recurso nos estritos termos do artigo 109 da Lei 8.666/93, o qual será endereçado à própria Comissão Permanente de Julgamento de Licitações e protocolado junto à Recepção do Instituto de Previdência do Município de Jacareí, situada na Rua Antonio Afonso, nº 513 – Centro, na Cidade de Jacareí – SP, no horário das 08h00min às 13h00min.

7.1.1. o prazo para interposição de **recursos** no procedimento licitatório será de 2 (dois) dias úteis, findo o qual as demais licitantes serão comunicadas de sua existência, abrindo-se prazo de 2 (dois) dias úteis para eventual impugnação ao recurso, e, após, a Comissão Permanente de Julgamento de Licitações terá até 5 (cinco) dias úteis para reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado, para a Presidência do IPMJ, que proferirá sua decisão em até 5 (cinco) dias úteis.

7.2. A interposição de eventuais impugnações ao edital deverá observar o disposto no art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei 8666/93, devendo ser encaminhadas à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, e protocolada junto à Recepção, do Instituto de Previdência do Município de Jacareí, sito à Rua Antonio Afonso, nº 513 – Centro, na Cidade de Jacareí – SP, no horário das 08h00min às 13h00min.

7.2.1. para efeitos de impugnação será considerada licitante toda e qualquer empresa que, tendo ou não retirado o edital, possua condições de atender o objeto licitado;

7.2.2. a impugnação interposta por licitante, nos termos da Lei Licitatória, deverá ser protocolada junto à Recepção do Instituto de Previdência do Município de Jacareí, no endereço já indicado, até 05 (cinco) dias úteis antes da abertura dos envelopes de habilitação;

7.2.3. a interposição de impugnação por licitante não a impedirá de participar do certame, possuindo efeito suspensivo apenas no tocante aos atos que estejam diretamente relacionados à matéria impugnada.

7.3. não serão considerados recursos ou impugnações encaminhados por intermédio de fac-simile ou através de e-mail, nem tampouco aqueles corretamente apresentados mas recebidas intempestivamente ou em local distinto do supra indicado.

8. DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

8.1 Decorrido o prazo de interposição de recurso ou julgado o recurso interposto, a Comissão de Licitações encaminhará os autos do procedimento à Presidência do Instituto de Previdência do Município de Jacareí, para fins de homologação dos atos praticados pela Comissão de Licitações e Adjudicação do objeto à empresa declarada vencedora.

9. CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação do objeto desta licitação dar-se-á mediante assinatura de contrato, nos exatos termos da minuta integrante deste edital - ANEXO VI e dele fará parte, como se transcrito estivesse, eventual memorial descritivo ou quaisquer outros documentos integrantes do procedimento licitatório e indispensáveis para plena compreensão do mesmo.

9.2. A licitante vencedora será convocada para, num prazo de 3 (três) dias úteis, assinar o contrato (Anexo VI), bem como o respectivo Termo de Ciência de Notificação (Anexo VII), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 e 87 da Lei 8666/93.

9.2.1 A formalização do contrato dar-se-á nas dependências do Instituto de Previdência do Município de Jacareí – IPMJ, junto à Diretoria Administrativa e de Benefícios, nos termos do art. 60 da Lei Licitatória.

9.3. Em caso da convocada não comparecer para assinatura do contrato é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas à primeira classificada, ou revogar a licitação.

9.3.1. Para as licitantes convocadas nestas condições, em caso de recusa, não se aplicam às sanções previstas no item 9.2 supra.

9.4. Caberá à licitante vencedora indicar previamente seu representante legal, devidamente qualificado, com poderes para assinar o contrato, sendo que a documentação comprobatória ficará arquivada nos autos do processo licitatório, no Instituto de Previdência do Município de Jacareí, podendo ser procuração ou contrato social.

9.5. Quando da contratação e no decorrer de sua execução, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de qualificação apresentadas no processo licitatório.

9.6. Quando se tratar de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que no decorrer da licitação tenha se valido dos benefícios do artigo 42 da Lei Complementar nº.123/06, previamente à formalização do instrumento contratual deverá a mesma apresentar a competente documentação que demonstre sua regularidade fiscal;

9.7. Caso a empresa adjudicatária não apresente a documentação necessária, caso se trate de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que não comprovem sua regularidade fiscal (artigo 43, § 2º, Lei Complementar nº 123/06), ou, ainda, caso a licitante vencedora, injustificadamente, não aceite assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas, a ocorrência de qualquer dessas situações implicará na decadência do direito à contratação ficando caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas com relação ao objeto da licitação (artigo 81, caput, Lei nº 8.666/93), sujeitando-se ainda à possibilidade de aplicação das penalidades previstas na lei.

9.8. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/06, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10. PRAZO, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 A empresa vencedora da licitação deverá entregar os produtos (software) por sua conta e risco, no prazo de 05 (cinco) dias após o término do serviço e prestar assistência e manutenção durante o período de garantia sem qualquer ônus para Contratante.

10.1.1. Local de Entrega: Sede do Instituto de Previdência do Município de Jacareí, sito na Rua Antonio Afonso nº 513 – Centro – Jacareí - SP – Tel.: (12) 3954-3060 de Segunda a Sexta-feira das 08h00min horas às 13h00min.

10.2. O objeto licitado será recebido e conferido pelo Setor Requisitante da seguinte maneira:

10.2.1. Provisoriamente, mas com efeito imediato, até o 5º dia útil, e dentro desse prazo deverá ser verificado sua conformidade com a especificação constante da Proposta Comercial, bem como a correção do documento fiscal;

10.2.2. Definitivamente, após o 5º dia útil, contado do recebimento provisório ressalvado os casos de incorreção no objeto ou no competente documento fiscal, quando se interromperá o prazo para a sua regularização.

10.3. Durante o período de garantia, caso surja algum problema em consequência de defeito de fabricação, qualquer manutenção será gratuita, não cabendo nenhum ônus ao IPMJ, inclusive a título de transporte ou despesas com visitas de técnicos.

10.4. O objeto entregue, ou sua parcela, em desacordo com as especificações, contendo vícios, defeitos, incorreções ou diversos das condições propostas, deverá ser substituído no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da comunicação feita pelo Setor Requisitante, sem qualquer ônus adicional.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O valor do contrato será aquele constante na Proposta Comercial do licitante vencedor para os quantitativos estimados, contudo o pagamento será efetuado por serviço ou produto efetivamente fornecido, conforme valores unitários, fixos e irrecorríveis, propostos.

11.2. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária, dentro do prazo de 15 dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente conferida pelo setor requisitante.

11.3. O atraso no pagamento implicará na aplicação de juros moratórios à fração de 0,033% ao dia calculado sobre o valor da parcela em atraso.

12. RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá ser rescindido pela ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8666/93.

12.2. A rescisão poderá se dar de modo unilateral ou amigável, conforme decorra de inadimplemento das partes ou conveniência para a Administração, respeitadas suas consequências legais, nos moldes dos artigos. 79 e 80 da Lei 8666/93.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Na ocorrência de inadimplemento injustificado no cumprimento do objeto, no caso de sua execução em desacordo com o especificado, ou quaisquer outras ações ou omissões que impliquem em descumprimento do ajuste, estará a licitante vencedora sujeita às seguintes penalidades:

13.1.1. advertência;

13.1.2. multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela do objeto ainda não cumprida;

13.1.3. suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município de Jacareí por período a ser definido na oportunidade, de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitado o limite legal de 24 (vinte e quatro) meses;

13.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. as penalidades poderão ser cumuladas entre si ou aplicadas de forma autônoma, de acordo com a gravidade da conduta, sem prejuízo de possível rescisão contratual.

13.3. A aplicação de quaisquer das penalidades inicia-se com a notificação à empresa, descrevendo os fatos e indicando a penalidade que será aplicada, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para prévia defesa, à exceção do item 13.1.4, cujo prazo será de 10 (dez) dias úteis.

13.4. As multas, a critério da Administração, poderão ser cobradas cumulativamente em uma ou mais das seguintes formas:

13.4.1. recolhidas aos cofres do Instituto de Previdência do Município de Jacareí, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de sua aplicação, mediante guia de recolhimento oficial que será encaminhada à licitante vencedora;

13.4.2. descontadas do pagamento devido à empresa;

13.4.3. cobradas judicialmente.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação ocorrerão à conta da dotação orçamentária nº. 04.01.01, classificação funcional nº.09.272.0012.2213, classificação econômica nº 3.3.90.39.00.

15. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE O CERTAME

15.1. Todas as informações, esclarecimentos e elementos relativos a esta licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão atendidas exclusivamente quando a solicitação for efetuada por escrito e protocolada na Recepção do IPMJ, sito à Rua Antonio Afonso nº 513 - Centro, Jacareí, SP, até 03 (três) dias úteis anteriores a data da abertura das propostas.

15.1.1. a consulta, como critério de aceitabilidade, deverá ser encaminhada em papel timbrado, assinada pelo representante legal da empresa consulente e endereçada à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações;

15.1.2. a consulta será recebida mediante protocolo, de modo que não serão consideradas aquelas encaminhadas por intermédio de fac-símile ou através de e-mail, nem tampouco aquelas apresentadas intempestivamente, ou entregue em local distinto do supra indicado.

15.2. A Comissão Permanente de Julgamento de Licitações responderá por escrito às questões pertinentes à licitação, sendo que a cópia do ofício será juntada no respectivo processo licitatório, após ter sido encaminhado para ciência de todas as licitantes.

15.3. Não será levada em consideração nenhuma solicitação verbal, quer seja consulta, pedido de esclarecimento, reclamação ou entendimento técnico.

15.4. Caso não venha a ser formulado pelas licitantes nenhum pedido de informação ou de esclarecimento, pressupõe-se que os elementos contidos no edital são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação, a que título for.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, e suas decisões serão ratificadas pela autoridade superior.

16.2. O Edital e seus anexos serão disponibilizados na sede do IPMJ, junto a Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, mediante o recolhimento aos cofres do IPMJ a importância de R\$ 5,00 (cinco reais) ou apresentação de CDR ou no site www.ipmj.com.br.

IPMJ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ

16.3. O custo deste edital é referente ao valor de sua reprodução, nos termos do art. 32, § 5º, da Lei 8666/93, não havendo, em nenhuma hipótese, devolução da importância recolhida.

16.4. Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 8666/93, fica desde já estabelecido que o veículo oficial de divulgação desta Administração Pública é o “Boletim Oficial do Município de Jacareí”, de veiculação semanal, e através do qual dar-se-á toda a publicidade obrigatória relativa ao presente procedimento licitatório.

16.4.1. Fica constituído como obrigação das licitantes o acompanhamento das publicações contidas no Boletim Oficial do Município de Jacareí.

16.4.2. A disponibilização do Boletim Oficial do Município de Jacareí se dá através da forma impressa, podendo ser retirado gratuitamente na **Gerência de Atendimento ao Cidadão** (Protocolo) da Prefeitura Municipal, situada na Praça dos Três Poderes, 73, Jacareí, SP, bem como ser acessado através do site do Município de Jacareí, através do seguinte link: <http://www.jacarei.sp.gov.br>.

16.5. Para conhecimento do público expede-se o presente edital que, em sua íntegra, estará afixado no local indicado no preâmbulo e disponível no site do IPMJ, através do seguinte link: <http://www.ipmj.com.br>.

Jacareí, 23 de Novembro de 2015.

Andreza Clemente dos Santos
Presidente da CPJL

CONVITE Nº 003/2015

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

1- OBJETO

Referente: Aproximadamente 354.320 documentos.

Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de digitalização, microfilmagem, tratamento documental, indexação em sistema e autenticação em cartório.

2- DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

_ Microfilmagem de documentos formatos A4, em Sistema convencional do tipo PLANETÁRIA na redução 29x, com utilização de microfilmes 16mmx100 pés, incluso: preparação e ordenação dos documentos, Digitalização de Imagens; indexação (até 02 campos); e gerenciamento eletrônico de documentos;

_ Autenticação de rolo em Cartório, conforme Legislação vigente;

_ Original gravado em DVD-R, com licença de uso.

_ Cópia gravada em DVD-R, com licença de uso.

3- OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 - Contratada:

3.1.1. - A empresa contratada deverá manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos do INSTITUTO, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de ações indenizatórias, em caso de ações de terceiros.

3.1.2. - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução dos serviços.

3.1.3. - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Instituto.

3.1.4. - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao INSTITUTO ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

3.1.5 - A retirada e entrega do material para execução do serviço.

3.2 - Contratante:

O Contratante, após emissão da ordem de serviço e durante a vigência do contrato, compromete-se a:

3.2.1 - Proporcionar as condições necessárias ao bom cumprimento das obrigações contratuais,

3.2.2 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste instrumento.

3.2.3 - Cumprir outras obrigações constantes deste termo.

4 – PROCEDIMENTOS DAS DOCUMENTAÇÕES A SEREM TRATADAS

a) Desencadernação – retirada de grampos, cliques, grampos-trilhos, de forma a permitir o manuseio do documento para avaliação.

b) Preparação:

- Higienizar
- Separar os documentos de acordo com a demanda a ser processada.

c) Conferência:

- Analisar e identificar o conteúdo dos documentos com seu agrupamento por afinidade e organização.

d) Controle de qualidade:

- Realizar pequenos reparos usando papel especial adesivo fino, transparente e isento de ácido ou outro produto que danifique o documento de forma a preservar a qualidade atual do documento.

e) Digitalização e Processamento

- Garantir que as imagens tenham um bom padrão de qualidade.

5- GERAIS

5.1 - O Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

5.2 - A empresa contratada deverá elaborar e entregar o manual técnico com todos os procedimentos relativos aos serviços de gestão documental e utilização do sistema de gestão.

5.3 - A empresa contratada será responsável pela conservação dos documentos que estiverem em seu poder durante a execução dos serviços de gestão documental.

5.4 - Todos os processos/documentos digitalizados deverão ser acondicionados novamente da mesma maneira que foram encontrados pela contratada, mantendo assim a organização e tratamento arquivístico já realizado.

6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - A empresa vencedora emitirá nota fiscal 15 dias após o encerramento dos serviços.

6.2 - A apuração do valor total a pagar será por folha de documento microfilmado e digitalizado.

6.3 - Para o pagamento da certificação será apurado, através da quantidade de rolos autenticados.

6.4 - O pagamento da gravação será apurado por unidade de DVD-R, incluindo original e cópia.

7- VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - O prazo de vigência do instrumento contratual oriundo do certame será de 06 meses, ou até o término dos serviços.

7.2 - Prazo de Conclusão:

7.2.1- O prazo de conclusão para a digitalização será até o término dos serviços.

7.2.2- O prazo de entrega dos produtos (software) será de até 5 (cinco) dias após o término do serviço.

CONVITE Nº 003/2015

ANEXO II

DECLARAÇÃO

A empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (NÚMERO DO CNPJ), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), aqui representada por (NOME E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL), para fins de participação no procedimento licitatório supra mencionado, e em cumprimento a legislação e regulamentos vigentes, às quais se submete, declara que:

1. não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;
2. não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera;
3. não existe fato impeditivo à sua habilitação;
4. não possui, entre os proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;
5. não possui no quadro de funcionários menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
6. que cumpre as normas relativas a saúde e a segurança do trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto quaisquer responsabilidades do Instituto de Previdência do Município de Jacareí;
7. que examinou todos os documentos apresentados, bem como as especificações técnicas, tendo tomado conhecimento do grau de dificuldade e complexidade do objeto, e que está ciente de que não poderá, sob as penas da lei, alegar desconhecimento para alteração de sua proposta ou para o cumprimento do objeto desta licitação.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

(NOME DA EMPRESA) - CNPJ/MF nº (NÚMERO DO CNPJ)

(Representante Legal da empresa)

CONVITE Nº 003/2015

ANEXO III

PREÇO ESTIMADO

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES CONVITE Nº 003/2015

Item	Produtos/Serviços	Quantidade Estimada	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
01	Microfilmagem de documentos formato A4, em Sistema Convencional do tipo PLANETÁRIA na redução 29x, com utilização de microfilmes 16mm 100 pés, incluso: Preparação e ordenação dos documentos; digitalização de imagens; indexação (até 2 campos); GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)	354.320	R\$ 0,213	R\$ 75.470,16
02	Autenticação de rolo em cartório, conforme legislação em vigor	71	R\$ 47,90	R\$ 3.400,90
03	DVD-R Original, com licença de uso	06	R\$ 26,14	R\$ 156,82
04	DVD-R Cópia, com licença de uso	06	R\$ 26,14	R\$ 156,82

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 79.184,70

Fonte: O valor estimado foi obtido através da média dos valores fornecidos pelas empresas do ramo. No decorrer do procedimento licitatório este preço poderá vir a ser atualizado, caso reste comprovado, através de nova pesquisa, que o preço estipulado está em discordância com o praticado no mercado, desde que não altere a modalidade da licitação.

ANEXO IV

PROPOSTA COMERCIAL

COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

CONVITE 03/2015

Item	Produtos/Serviços	Quantidade Estimada	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
01	Microfilmagem de documentos formato A4, em Sistema Convencional do tipo PLANETÁRIA na redução 29x, com utilização de microfilmes 16mm 100 pés, incluso: Preparação e ordenação dos documentos; digitalização de imagens; indexação (até 2 campos); GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)			
02	Autenticação de rolo em cartório, conforme legislação em vigor			
03	DVD-R Original, com licença de uso			
04	DVD-R Cópia, com licença de uso			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA CONSIDERANDO AS QUANTIDADES ESTIMADAS:
.....R\$ _____

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 15 DDL

Declaro sob as penas da lei, que não existe fato que impeça nossa empresa de participar de licitações e contratar com a administração pública.

Data ____/____/____

Carimbo e Assinatura

CONVITE Nº 003/2015

ANEXO V

MODELO

PROCURAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, estado de _____, representada pelo seu sócio-proprietário o Sr. _____, portador do R.G. _____ institui como seu bastante **PROCURADOR** o senhor _____, RG nº _____, CPF nº _____, (cargo) _____, para representá-la junto ao Instituto de Previdência do Município de Jacareí no Convite nº 003/2015, com poderes especiais para assinar documentos, oferecer impugnação, recorrer das decisões proferidas no curso do procedimento, bem como renunciar ao recurso e seu respectivo prazo, assinar contrato, tudo em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93.

(data)

Assinatura _____
(sócio-proprietário, com firma reconhecida)

ANEXO VI

CONVITE Nº 003/2015

MINUTA DE CONTRATO Nº. _____/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ENTRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ E A EMPRESA _____

Por este instrumento contratual, de um lado o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ**, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 96.484.134/0001-02, sediado na Rua Antonio Afonso nº 513 – Centro – Jacareí SP, representado pelo seu Presidente _____, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____, sediada à _____, neste ato representada pelo _____, portador do R.G. nº. _____, residente e domiciliado à _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acertado o presente CONTRATO, decorrente do Convite nº **003/2015**, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

A CONTRATADA, por força do presente instrumento e na melhor forma de direito, se obriga para com a CONTRATANTE ao fornecimento dos seguintes produtos/serviços: 1) microfilmagem de documentos formatos A4, em sistema convencional do tipo planetária na redução 29x, com utilização de microfilmes 16mmx100 pés, incluso: preparação e ordenação dos documentos, digitalização de imagens, indexação (até 2 campos) e gerenciamento eletrônico de documentos; 2) autenticação de rolo em cartório, conforme legislação vigente; 3) original gravado em DVD-R com licença de uso; e 4) cópia gravada em DVD-R com licença de uso, conforme previsto no Memorial Descritivo do Anexo I do Edital do Convite nº 003/2015-IPMJ.

CLÁUSULA SEGUNDA

PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O valor total estimado do presente CONTRATO, nos termos da legislação vigente e conforme a proposta comercial apresentada pela CONTRATADA é de R\$._____(.....), sendo R\$._____(.....) o valor unitário por documento microfilmado, R\$._____(.....) o valor unitário por autenticação de rolo em cartório, R\$._____(.....) o valor unitário por DVD-R original, com licença de uso, e R\$._____(.....) o valor unitário por DVD-R cópia, com licença de uso.

2.1.1 No valor supra já se encontra computado e diluído o custo total do objeto contratado, envolvendo todos os ônus decorrentes de despesas diretas e indiretas, mesmo que não tenham sido apontados expressamente pelas partes.

2.2 O pagamento será efetuado pelo IPMJ, por serviço ou produto efetivamente fornecido, em até **15 DDL**, contados do encerramento dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente aprovada pela Diretoria Administrativa e de Benefícios, prazo este interrompido apenas em caso de incorreção do documento de cobrança.

CLÁUSULA TERCEIRA **VIGÊNCIA E RECEBIMENTO:**

3.1 O presente CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo sua eficácia condicionada à publicação oficial do extrato deste Termo, em cumprimento ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único da Lei nº. 8.666/93, produzindo efeitos até a entrega definitiva dos produtos fornecidos.

3.2. A entrega do objeto especificado na cláusula primeira deverá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA **GARANTIA**

4.1. Sem prejuízo da garantia legal e da originalmente oferecida pelo fabricante, todos os produtos fornecidos serão garantidos pela CONTRATADA pelo prazo de _____ meses, ressalvada a hipótese de mau uso pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes da execução deste CONTRATO estão consignadas na seguinte dotação orçamentária nº 04.01.01, classificação funcional nº 09.272.0012.2213, classificação econômica nº 3.3.90.39.00.

5.2. Para o presente exercício, e proporcional ao mesmo, o suporte dar-se-á conforme nota de empenho nº (número), emitida em (data).

CLÁUSULA SEXTA **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

6.1 A CONTRATADA obriga-se a:

6.1.1. Fornecer os produtos e executar os serviços de acordo com o que está previsto no edital e seus anexos.

6.1.2. responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e, ainda, por todos os danos e prejuízos que causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente;

6.1.3. manter durante toda a execução do contrato as condições de qualificação que sejam de sua competência apresentadas no processo de licitação, em especial no tocante a regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS;

6.1.4. responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 da Lei 8666/93;

6.1.5. se, no decorrer da execução do contrato, surgirem eventos ou características relevantes que possam vir a afetar o objeto do presente, deverá a CONTRATADA comunicar expressamente à CONTRATANTE acerca do ocorrido;

6.1.6. manter, perante a CONTRATANTE, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente integralmente em todos os seus atos, com poderes para providenciar o afastamento imediato de qualquer membro de sua equipe cuja permanência seja considerada inconveniente pela CONTRATANTE.

6.2. A CONTRATANTE obriga-se:

Ao pagamento do preço no prazo fixado na Cláusula Segunda deste CONTRATO, sobre pena de, em caso de eventual atraso no adimplemento da obrigação, sujeitar-se ao pagamento de juros moratórios a fração de 0,033% ao dia, sem prejuízo do disposto no artigo 78 Inciso XV da Lei nº 8.666/93.

6.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização do cumprimento contratual, o que não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.

CLÁUSULA SÉTIMA **DAS PENALIDADES**

Ocorrendo inadimplemento injustificado na execução do serviço a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com os arts. 86 e 87 e parágrafos da Lei 8.666/93:

7.1. Advertência formal, por intermédio do setor competente, quando ocorrer o descumprimento de cláusulas contratuais que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;

7.2. Multa correspondente de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela do objeto ainda não cumprida deste CONTRATO, correspondente ao exercício corrente, sempre que por fato que lhe seja imputável der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO;

7.3. Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Instituto de Previdência do Município de Jacareí por período a ser definido na oportunidade, de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitando o limite legal de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação das multas.

7.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em função da natureza ou gravidade da falta cometida, sem prejuízo das multas incidentes.

7.5. O valor resultante das multas, que serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, será, conforme o caso, descontado do pagamento devido à CONTRATADA ou judicialmente cobrado.

7.6. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

7.7. As penalidades poderão ser cumuladas entre si ou aplicadas de forma autônoma, de acordo com a gravidade da conduta, sem prejuízo de possível rescisão contratual.

7.8. A definição da(s) penalidade(s) a ser(em) aplicada(s) será de responsabilidade da DIRETORIA detentora da pasta responsável pela execução do objeto contratado.

7.9. A aplicação de quaisquer das penalidades inicia-se com a notificação à CONTRATADA, descrevendo os fatos e indicando a penalidade que será aplicada, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para prévia defesa, à exceção da prevista na cláusula 8.1.4, cujo prazo será de 10 (dez) dias úteis.

7.10. no caso de a CONTRATADA não oferecer justificativa no prazo fixado para defesa prévia presumir-se-ão verdadeiros e aceitos os termos da notificação encaminhada;

7.11. havendo manifestação por parte da CONTRATADA suas argumentações serão submetidas à autoridade que decidiu pela aplicação da penalidade, a qual poderá manter ou reconsiderar sua decisão;

7.12. mantida a decisão, será então a CONTRATADA notificada da efetiva aplicação da penalidade, abrindo-se prazo recursal, nos termos da Lei Licitatória.

7.13. As multas, a critério do CONTRATANTE, poderão ser cobradas cumulativamente em uma ou mais das seguintes formas:

7.13.1. recolhidas aos cofres do Instituto de Previdência do Município de Jacareí, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de sua aplicação, mediante guia de recolhimento oficial que será encaminhada à CONTRATADA;

7.13.2. descontadas do pagamento devido à CONTRATADA;

7.13.3. cobradas judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA **DA RESCISÃO**

8.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, atendido o disposto na Seção V, artigo 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e considerando-se especialmente as seguintes hipóteses:

- I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a considerar a impossibilidade da execução do serviço nos prazos estipulados;
- IV - O atraso injustificado no início do serviço;
- V - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no Contrato;
- VI - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VII - A dissolução da sociedade;
- VIII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- IX - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade administrativa e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.
- X - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- XI - O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis

8.2. A rescisão poderá se dar de modo unilateral ou amigável, conforme decorra de inadimplemento das partes ou conveniência para o CONTRATANTE, respeitadas suas consequências legais, nos moldes dos arts. 79 e 80 da Lei 8666/93

CLÁUSULA NONA **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. A CONTRATADA é responsável por todos os danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou a terceiros, resultante de sua culpa ou dolo na execução deste instrumento contratual, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos.

9.2. A CONTRATADA se obriga ao cumprimento integral do objeto deste contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta quer seja por erro ou omissão.

9.3 A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas, precauções e cuidados necessários, de modo a evitar eventuais danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, seja por ato ou omissão de seus empregados, prepostos ou assemelhados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

9.4. Sem autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, sob pena de o contrato ser considerado rescindido unilateralmente, é defeso à CONTRATADA:

9.5. a execução do objeto por meio de associação ou de subcontratação;

9.6 transferir, no todo ou em parte, o contrato ou obrigações dele originárias.

9.7 Eventual operação de transformação societária, fusão, cisão ou incorporação no decorrer da vigência contratual, deverá ser submetida à apreciação do CONTRATANTE com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, para verificação de implicações no objeto contratado.

9.8 Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 8666/93, fica desde já estabelecido que o veículo oficial de divulgação do CONTRATANTE é o “Boletim Oficial do Município de Jacareí”, de veiculação semanal, e através do qual dar-se-á toda a publicidade obrigatória relativa ao presente instrumento contratual.

9.9 Fica constituído como obrigação da CONTRATADA o acompanhamento das publicações contidas no Boletim Oficial do Município de Jacareí.

9.10 A disponibilização do Boletim Oficial do Município de Jacareí se dá através da forma impressa, podendo ser retirado gratuitamente na **Gerência de Atendimento ao Cidadão** (Protocolo) da Prefeitura Municipal, situada na Praça dos Três Poderes, 73, Jacareí, SP, bem como ser acessado através do site do Município de Jacareí, através do seguinte link: <http://www.jacarei.sp.gov.br> .

CLÁUSULA DÉCIMA DOCUMENTOS APLICÁVEIS

10.1. Integram o presente contrato, como se aqui transcritos, os documentos a seguir especificados, cujo teor considera-se conhecido e acatado pelas partes:

10.1.1. edital de licitação e seus anexos;

10.1.2. proposta comercial apresentada em (data);

10.1.3. nota de empenho nº (número), emitida em (data).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

As dúvidas e questões deste CONTRATO ou de sua execução serão dirimidas no Foro da Comarca de Jacareí - SP., com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

IPMJ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ

Jacareí, ____ de _____ de 2015.

Presidente do Instituto de Previdência do Município de Jacareí
(Presidente do IPMJ)

(NOME DA EMPRESA)
(Nome do Representante)

TESTEMUNHAS:

CONVITE Nº 003/2015

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO(S): (*) _____

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

LOCAL e DATA: _____

CONTRATANTE

Nome e cargo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____

CONTRATADA

Nome e cargo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____

() Facultativo. Indicar quando já constituído*